



## Gestão Federal e o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus no Brasil: o que a mídia jornalística tem a dizer?

Federal government and the management of the Coronavirus pandemic in Brazil: what does the news media have to say?

Iasmin Oliveira Carneiro

Sanitarista. Mestranda em Políticas Públicas pela UFRGS. Especialista em Saúde Coletiva pela UFRGS. Especialista em Gestão em Saúde pelo Grupo Hospitalar Conceição. Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil;

E-mail: iasmin-carneiro@saude.rs.gov.br; ORCID: 0009-0008-0361-4223

Rafael Cerva Melo

Enfermeiro e Sanitarista. Doutorando em Enfermagem pela UFRGS. Enfermeiro no Grupo Hospitalar Conceição. Professor de Saúde Coletiva na Faculdade FACTUM, Porto Alegre, RS, Brasil;

E-mail: rafael.melo@factum.edu.br; ORCID: 0000-0002-0525-0741

**Resumo:** A mídia jornalística é um espaço de produção de diversas condições de saúde e produção de subjetividades, sendo objeto de pesquisa deste artigo. Surgida em meados de dezembro de 2019 na China, a pandemia de Covid-19 tornou-se alvo de grande repercussão dos veículos de comunicação, dada a magnitude da doença para a população mundial. Como objetivo principal, procurou-se responder de que modo a mídia jornalística digital tem veiculado as notícias sobre a gestão federal no que se refere ao enfrentamento da pandemia de Coronavírus, em um jornal de grande circulação do Brasil. A metodologia utilizada foi a qualitativa com análise descritiva de conteúdo, a partir do método proposto por Laurence Bardin. Os principais resultados do estudo parecem apontar que a gestão da pandemia no âmbito federal apresentou uma defasagem no planejamento das estratégias, resultando em desarticulação das ações entre os entes federativos, demora em repasse de verbas, falta de insumos e leitos de UTI em algumas cidades, não reconhecimento da gravidade da doença, descredibilidade na vacinação e até mesmo um falso dilema entre economia e saúde.

**Palavras-chave:** Meios de Comunicação de Massa; Notícias; Covid-19; Pandemia por COVID-19; Governo Federal.

**Abstract:** The journalistic media is a space for the production of several health conditions and subjectivities, being the object of research of this article. The Covid-19 pandemic, emerged in December 19 in China, has become a global target of the mass media, due to the magnitude of the disease for the world population. As main objective, we tried to answer how the digital journalistic media has been broadcasting news about the management of the Coronavirus pandemic by the Brazilian federal government, in a widely circulated newspaper in Brazil. The methodology used was qualitative with descriptive content analysis, based on the method proposed by Laurence Bardin. The main results of the study seem to point out that the federal management of the pandemic showed a delay in planning strategies, resulting in disarticulation of actions between federative entities, delay on transfer of funds, lack of supplies and ICU beds in some cities, denial of the seriousness of the disease, distrust in vaccines and even a false dilemma between economy and health.

**Keywords:** Mass Media; News; Covid-19; COVID-19 Pandemic; Federal Government.

## Introdução

Conforme a Organização Mundial de Saúde<sup>1</sup> (OMS), o surto da doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19), iniciou-se na China em dezembro de 2019. O Ministério da Saúde<sup>2</sup> (MS) atualizou, em 15 de julho de 2021 a situação dos casos no território nacional: 19.209.729 confirmados, dos quais 537.394 evoluíram para óbito. No Brasil, foi adotada desde o final de março de 2020 a política que orientava o isolamento social na maioria dos estados e municípios para se evitar o rápido contágio e a consequente superlotação do sistema de saúde por conta dos casos graves. Segundo Wilder-Smith e Freedman<sup>3</sup> sobre o distanciamento social:

*(...) refere-se ao esforço de diminuição dos contatos e aproximação física entre as pessoas de uma população, a fim de diminuir a velocidade de contágio; isolamento como uma forma de separar as pessoas já infectadas daquelas assintomáticas; e quarentena como uma forma de mitigar a circulação de pessoas que possam ter sido potencialmente expostas à doença. <sup>(1)</sup>*

Decretos do governo dos estados estabeleceram medidas de prevenção ao contágio pelo novo Coronavírus, como providências para o estabelecimento de teletrabalho, evitação de aglomerações e suspensão das aulas de escolas públicas e privadas, a proibição de atividades e de serviços públicos e privados não essenciais, fechamento de centros comerciais e medidas específicas para os serviços essenciais.

Diante desse panorama, a mídia tem veiculado diversas matérias sobre a disseminação da doença pelo mundo, a crescente ocorrência de óbitos na população e a preocupação das autoridades e da sociedade em geral acerca desse novo contexto sanitário e das medidas a serem tomadas para conter a pandemia. Fischer<sup>4</sup> defende que a mídia não apenas veicula mas constrói discursos e produz significados e sujeitos. As epidemias são exemplos que explicitam a força das doenças na mídia, dado o impacto epidemiológico desses eventos para a sociedade. No passado, as doenças epidêmicas, como a peste negra, designavam metaforicamente uma desordem social, espécie de signo encarnado do “mal”, devido às milhões de mortes que provocavam<sup>5</sup>. A partir da década de 80 com o aparecimento de doenças infecciosas emergentes, como Aids e dengue, o apelo jornalístico das doenças readquiriu um significado essencial. No ano de 2009, a gripe A(H1N1) despertou a atenção para os veículos de comunicação, resultando a pandemia um fato essencialmente midiático, pelo superdimensionamento dado aos possíveis riscos da doença para a população, seu surgimento foi vinculado a uma nova edição da gripe espanhola.

Segundo a OMS<sup>6</sup>, o surto de COVID-19 e a resposta a ele têm sido acompanhados por uma enorme *infodemia*: “um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil

encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa.” Com isso, o acesso às informações certas no tempo certo e no formato certo é essencial para manter a população informada.

As mídias desenvolvem o papel de intermediação entre seus leitores e a realidade, portanto constroem discursos em que os acontecimentos são enunciados. “O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta”<sup>7(16)</sup>. No caso da pandemia e, conseqüente, política de isolamento social, a população utiliza-se ainda mais dos meios de comunicação para manter-se informada sobre os acontecimentos acerca da crise sanitária. Um estudo verificou as relações entre os adultos brasileiros e a percepção do papel da mídia durante os estágios iniciais da pandemia de COVID-19 no Brasil e o achado apontou que as notícias mais confiáveis sobre os dados da pandemia vêm da mídia de referência, não de instituições governamentais, fato o qual demonstra que a mídia está ativamente ajudando a sociedade a se manter informada neste momento de crise<sup>8</sup>. Sobre os conteúdos jornalísticos, que ao longo dos últimos anos passaram por crises de credibilidade, a presente pandemia reorientou o jornalismo naquele que era o seu lugar natural - podendo ser apontado como antídoto para a presente infodemia<sup>9</sup>.

As pesquisas que analisam a relação entre políticas de saúde e mídia visam compreender a atuação dos meios de comunicação no debate de sentidos sobre a saúde e as políticas públicas que ocorrem na sociedade. Por meio da análise de mídia é possível verificar as fontes utilizadas, as imagens e os sentidos que produzem no imaginário da população.

A importância desse estudo reforça o poder que a mídia exerce diariamente sobre as percepções e sentimentos da população nesse atual momento de pandemia do novo Coronavírus. Na perspectiva de Guareschi e Biz<sup>10</sup>, a influência que a mídia possui, tem fluidificado barreiras na comunicação e até substituído o outro no processo dialógico, sendo capaz de alterar/modificar percepções, ideias, valores e decisões. Existe uma padronização do que é divulgado na mídia, reforçando-se ideias hegemônicas que alcançam os mais diversos setores, neles incluídos a saúde e a demanda/consumo de recursos e ações de saúde. “O significado midiático de uma doença é construído por um processo de enquadramento, que confere sentidos através da interpretação dos acontecimentos jornalísticos”<sup>11(2)</sup>.

Diante desse contexto, esse estudo objetiva analisar de que modo a mídia jornalística tem veiculado as notícias referentes à gestão federal no que se refere ao enfrentamento da pandemia de Coronavírus no Brasil.

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, com abordagem qualitativa. As pesquisas qualitativas são “aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”<sup>12(22)</sup>.

A análise de dados será realizada a partir da Análise Conteúdo (AC), seguindo as etapas propostas por Laurence Bardin<sup>13</sup>.

Foram analisadas reportagens veiculadas no jornal Folha de São Paulo, considerado de maior circulação no país, segundo o Instituto Verificador de Comunicação em junho de 2020<sup>14</sup>. As reportagens foram selecionadas utilizando a ferramenta de busca, disponibilizada no site do jornal. Utilizou-se os seguintes termos de busca “Covid-19”; “Coronavírus” e “Gestão Federal”. Foram selecionados três períodos de coleta de notícias totalizando três meses: no início do surgimento da pandemia no Brasil (março de 2020), período considerado pelo MS como o pico do Coronavírus (junho de 2020) e o período mais mortal da pandemia no país (março de 2021), conforme dados do Painel de casos de doença pelo Coronavírus no Brasil pelo MS. Esses períodos foram selecionados, visando acolher a repercussão desses acontecimentos na mídia jornalística.

Foram encontrados 263 resultados, sendo escolhidas 74 matérias. Foram excluídas as publicidades, propagandas, editoriais, colunas de opinião, notícias duplicadas e as que não contemplavam o objetivo do estudo.

Após a pré-análise, as notícias foram separadas em três categorias de análise, com auxílio da técnica de leitura flutuante, que emergiram do processo de leitura do material. As três categorias encontradas foram: Atuação do governo federal no combate à crise econômica e social; Atuação do governo federal frente à pandemia e sua atuação sanitária e Articulação do governo federal com outros poderes políticos. O material foi organizado mediante seleção dos trechos mais relevantes das notícias em uma planilha do programa Excel (2010). A apresentação dos resultados desse estudo serão apresentadas por categorias, juntamente com a discussão teórica.

Os trechos selecionados para a análise serão acompanhados da indicação referente à reportagem do qual foram extraídos. As matérias foram numeradas de m1 a m74 com suas respectivas datas de publicação.

## Resultados e Discussão

Das 74 reportagens selecionadas, 16 versavam sobre a atuação do governo federal no combate à crise econômica e social, 36 sobre a atuação sanitária do governo federal frente à pandemia e 22 faziam

referência à articulação do governo federal com outros poderes políticos. As categorias encontradas serão analisadas e debatidas a seguir considerando os trechos mais relevantes das reportagens selecionadas.

### **Atuação do governo federal no combate à crise econômica e social**

Uma das primeiras iniciativas pleiteadas pelo poder Legislativo foi a implementação de um programa temporário de auxílio emergencial, primeiramente no valor de 200 reais para amenizar o impacto da pandemia na população de baixa renda e trabalhadores informais, a qual gerou inúmeras matérias sobre o fato. Por meio de votação do Projeto de Lei 9236/17 na Câmara dos Deputados, o valor passou para 600 reais. No mês de março de 2020 também foi estabelecido o reconhecimento da situação de calamidade pública nacional pelo governo, logo após a confirmação da transmissão comunitária do vírus pelo país.

*O auxílio emergencial do governo federal, de R\$ 600, não foi suficiente para cobrir os gastos. “Conseguimos finalmente montar a casa no começo do ano. Quando estávamos certinho lá, veio a pandemia. Agora tem lugar para morar, mas não tem o que comer. Vimos o armário esvaziar. O que sobra não dá para comprar cesta básica, mistura, gás e bolacha para as crianças. (m27- 10 de junho de 2020)*

*O governo Jair Bolsonaro anunciou que vai solicitar ao Congresso o reconhecimento do estado de calamidade pública no país em decorrência do coronavírus. - A ação pode dar respaldo à União caso seja necessário mandar fechar comércio, obrigar internação compulsória e outras medidas sem a autorização da Justiça. (m4- 17 de março de 2020)*

Apesar dessa iniciativa, seria necessária a implementação de uma política de isolamento social e fechamento de serviços não essenciais, já observados em diversos países para a contenção da transmissão, porém o governo federal desde o início se mostrou contrário, justificando a necessidade de manutenção da economia. Não houve plano do governo federal para reorientar a economia e as ações de suporte social que permitiriam adesão à estratégia de confinamento social foram tímidas, uma vez que grande parte da população não teria fonte de renda regular para ficar em casa, como estava sendo feito em diversos países<sup>15</sup>. Cocco sustenta que o impacto do auxílio foi paradoxal: implementado com muito atraso (do mesmo modo que atrasou ou foi nulo o apoio financeiro às micro e pequenas empresas que fecharam aos milhares), ele acabou reforçando politicamente o negacionismo presidencial e a aceleração de uma abertura geral guiada mais pelo cansaço do que pelo sucesso da contenção do vírus<sup>16</sup>.

Com o passar dos meses iniciais de pandemia, diversos setores tiveram que se adequar à nova realidade e aos novos desafios para o enfrentamento da crise sanitária já instaurada na maioria dos estados brasileiros. Os desafios, principalmente, no setor da saúde pública, frente à alta demanda de pacientes acometidos pela COVID-19 e sobrecarga do sistema de saúde, colaboraram para um cenário

de falta de profissionais especializados em cuidados intensivos em diversas instituições de saúde. Esse cenário explicitou a necessidade de investimento na contratação de profissionais qualificados, porém, neste mesmo momento os concursos públicos foram congelados, dando lugar a contratações temporárias, sem vínculos efetivos e, portanto, mostrando uma clara desvalorização dos trabalhadores da saúde.

*Sob orientação do ministro Paulo Guedes de enxugar a estrutura do funcionalismo, o governo Jair Bolsonaro congelou concursos públicos. Neste ano, não houve autorização para nenhuma seleção de novos servidores federais. Por outro lado, entre janeiro e junho, foi autorizada a contratação de quase 20 mil funcionários temporários para atuar em diversas áreas da administração pública. (m33- 20 de junho de 2020)*

Além dos vínculos empregatícios precários que acabam por influenciar na qualidade da assistência em saúde, um estudo sobre as condições de trabalho dos profissionais de enfermagem no enfrentamento da pandemia, destaca que os desafios da sobrecarga de trabalho foram somados de novas complexidades como a falta de equipamentos de proteção, adoecimento e óbito de profissionais, alta demanda assistencial, entre outros elementos que resultam no esgotamento profissional e baixa qualidade assistencial<sup>17</sup>.

Março de 2021 foi considerado um dos meses mais mortais da pandemia no território nacional até então, contabilizando 2,1 milhões de infectados e 66.673 mortos, de acordo com dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Secretários da Saúde.<sup>18</sup> Apesar disso, parte da população se mostrou desfavorável às medidas mais restritivas de isolamento social, posicionando-se contra os governadores e apoiando o presidente Jair Bolsonaro em suas declarações sobre a manutenção da economia.

*Manifestantes promoveram neste domingo atos em capitais pelo país em protesto contra governadores e em apoio ao presidente Jair Bolsonaro na gestão da pandemia da Covid-19.- Eles são contra medidas mais duras de isolamento social, usadas para tentar frear a aceleração da pandemia. (m45- 14 de março de 2021)*

Esse cenário resultou na construção de uma política orientada para a preservação da economia em detrimento à vida da população. O presidente enunciou a verdade neoliberal na insistência em manter o comércio aberto, garantindo o fluxo de capital e o consumo, e opondo-se sistematicamente às medidas sanitárias de prevenção.<sup>1</sup>

A inegável complexidade no combate à crise resultou na urgência de mobilizações e ações intersetoriais no seu enfrentamento, considerando que a crise trazida pela pandemia não foi apenas no campo da saúde, mas também na esfera política, econômica e social. Os fatores de risco da COVID-19, já reconhecidos como obesidade, câncer, doenças cardíacas e respiratórias são somados ainda a minorias étnicas, grupos de trabalhadores mais expostos e com menos proteção social, grupos raciais e a pobreza que pode acarretar em piora no desfecho. O conceito de sindemia criado pelo antropólogo

médico americano Merrill Singer<sup>20</sup> na década de 1990, trata sobre essa problemática, onde alguns fatores isolados se somam a outros fatores pré-existentes, exacerbando sobremaneira o efeito de cada doença/problema em separado, evidenciando a necessidade de enfrentar a COVID-19 com uma visão integrada e soluções múltiplas.

### Atuação sanitária do governo federal frente à pandemia de Coronavírus

Sobre a atuação sanitária do governo federal frente à pandemia, essa foi a categoria que apresentou maior número de reportagens no período analisado. Apesar da emergência de crise sanitária que se instalou em todo o Brasil, percebe-se que as medidas de controle de proliferação do vírus entre a população foram subestimadas num primeiro momento, pois não houve um plano de ação integrado com coordenação nacional, o que ocorreu foi a mobilização estadual e municipal dos governantes em cada território. Essa situação teve consequências em diversos aspectos, como por exemplo, nas transferências de verbas para os entes. Houve demora nas transferências do MS aos estados e municípios, mesmo com o plano de contingência proposto pelo MS em fevereiro, direcionando algumas ações de combate à crise, faltou capacidade de execução. Destinaram-se 39 bilhões, correspondendo a 11% do total de gastos federais alocados contra a Covid-19, que foi de 338 bilhões.<sup>21</sup>

*As autoridades brasileiras menosprezaram o risco da doença, iniciando as medidas de controle tarde demais e atabalhoadamente. As primeiras contaminações ocorreram e não havia plano de ação para conter o contágio. O resultado é uma taxa de crescimento de novos infectados maior do que na Itália. (m2- 20 de março de 2020)*

*Bolsonaro usou termos como “fantasia” e “histeria” para se referir ao temor de uma disseminação massiva da doença, mesmo após a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11. (m5- 23 de março de 2020)*

*O presidente Jair Bolsonaro manteve o tom adotado em seu pronunciamento (...) criticou medidas tomadas por governadores para a restrição de movimentação de pessoas e defendeu o isolamento apenas para aqueles do chamado grupo de risco, como idosos e portadores de comorbidades. (m14- 25 de março de 2020)*

*Bolsonaro questionou procedimentos que têm sido adotados por todo o mundo, como o fechamento de escolas, e minimizou riscos da doença. (m14- 25 de março de 2020)*

Uma das iniciativas governamentais para a contenção da pandemia foram os “gabinetes” ou núcleos de “gestão de crise”, principalmente entre as secretarias estaduais e municipais de saúde. A comunicação é uma ferramenta estratégica importante na condução das ações dos gabinetes de crise. De acordo com Spence, Lachlan e Griffin<sup>22</sup>, a comunicação em tempos de crise busca prevenir ou diminuir os resultados negativos de um episódio em concreto e cumpre, sobretudo, duas funções: uma informativa e outra persuasiva. A comunicação deveria gerar uma compreensão do risco e incentivar

a população a adotar medidas que evitem uma possível ameaça em saúde pública. Pode-se observar que na situação do Brasil, a comunicação com a imprensa foi conflituosa.

*(...) o presidente Jair Bolsonaro passou a adotar uma estratégia de comunicação em que evita perguntas de jornalistas e abre espaço para youtubers simpáticos a ele.- A Secom tem sido criticada nas redes sociais durante a pandemia do novo coronavírus. A comunicação oficial ignora os números de mortos e, no "placar da vida", enumera apenas os números de infectados, de "brasileiros salvos" e dos que estão "em recuperação. (m16- 02 de junho de 2020)*

Os pronunciamentos do presidente demonstraram o desalinhamento das medidas que estavam sendo implantadas pelos estados e municípios. Sobre a redução conjuntural do papel da União, pesquisa relata que a mesma aumentou a descoordenação intergovernamental e a desigualdade entre estados e municípios, o que dificultou a tomada de decisões nacionais, como normas sobre isolamento social, distribuição de recursos e equipamentos médicos.<sup>23</sup> Conforme Campos, “o presidente da república conseguiu paralisar o Ministério da Saúde que não está exercendo o papel que lhe cabe, como gestor federal do SUS, de coordenação do esforço para controlar a epidemia”<sup>24</sup> (4). Para a condução da pandemia é imprescindível a organização de um “gabinete de crise” nacional (no caso do setor de Saúde, existe a Comissão Intergestores Tripartite, com representantes dos gestores das Secretarias Municipais, Estaduais e do Ministério da Saúde), que além de constituir a mesma logística e dinâmica decisória no plano mais diverso e abrangente do país, pode se integrar e intercambiar informações estratégicas com outros países, como vem afirmando o posicionamento de especialista da área.<sup>25</sup>

Caleman, Silva, Gomes et. al.<sup>26</sup> evidenciaram a importância da adoção do planejamento estratégico situacional (PES) pelas Secretarias Estaduais de Saúde (SES), no que se refere à orientação das ações no enfrentamento da crise. As SES organizaram fluxos de notificação com responsabilidades definidas com níveis de resposta segundo alarme, perigo iminente e emergência, de acordo com indicadores epidemiológicos, de capacidade do sistema de saúde e indicadores de isolamento social. Para o processo de monitoramento estratégico da saúde pública nos estados, contaram também com painéis e sistemas em parcerias entre universidades e instituições de pesquisa. Também foram identificadas reportagens sobre o desabastecimento de recursos e insumos para a assistência à saúde advindos do MS para os estados e municípios.

*Em suas mídias sociais, afirmou que “as ações de combate à pandemia [...] ficaram sob total responsabilidade dos governadores e prefeitos”, por causa da decisão do STF. Contudo essa é uma leitura convenientemente enviesada sobre a decisão do Supremo. Na verdade, o STF exigiu apenas duas coisas: que as decisões do governo federal visem combater a pandemia com algum fundamento científico e que coordene os estados e municípios ao invés de atropelá-los. (m29- 11 de junho de 2020)*

*Em meio a reclamações sobre falta de medicamentos sedativos necessários para intubação de pacientes com Covid-19 em UTIs, o MS informou nesta quinta-feira que irá intermediar junto à*

*Organização Pan-americana de Saúde uma compra emergencial desses produtos no mercado internacional. A medida ocorre após secretarias estaduais de saúde reclamarem de falta desses medicamentos e de demora na resposta do governo federal a pedidos de apoio. (m31- 18 de junho de 2020)*

Passados três meses do início da pandemia no país, os dados sobre o número de infectados e mortos por COVID-19, que antes eram informados de forma cumulativa, foram retirados do painel diário do MS, constando apenas os dados referentes ao dia anterior. Esta situação causou grande comoção da imprensa e dos órgãos públicos. Segundo estudo, a pandemia de COVID-19 também expôs as tensas relações do Presidente Bolsonaro com a mídia tradicional do país, composta por empresas de comunicação multimeios privadas, as quais assumiram a cobertura da pandemia baseando-se em dados fornecidos pelas Secretarias de Saúde de estados e municípios, na medida em que o governo federal dificultava a divulgação de estatísticas.<sup>19</sup>

*Desde a noite de sexta-feira, o MS não mais informa o total de mortes e nem o total de casos confirmados da Covid-19 durante a pandemia. (m19- 06 de junho de 2020)*

*O presidente Jair Bolsonaro confirmou a mudança na metodologia de divulgação sobre vítimas da Covid-19 —que pode significar, na prática, a divulgação de números de mortes menores—, engrossando as críticas de que o governo pretende manipular dados da pandemia. (m19- 06 de junho de 2020)*

*Em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de Covid-19, os veículos O Estado de S. Paulo, Extra, Folha de S.Paulo, O Globo, G1 e UOL decidiram formar uma parceria e trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias nos 26 estados e no Distrito Federal. (m23- 08 de junho de 2020)*

*O governo federal, por meio do MS, deveria ser a fonte natural desses números, mas atitudes recentes de autoridades e do próprio presidente colocam em dúvida a disponibilidade dos dados e sua precisão. (m23- 08 de junho de 2020)*

Com relação aos ministros do MS, órgão responsável pela administração da saúde pública do Brasil e com papel de extrema importância para o cenário da pandemia, ocorreram três trocas desde o início da pandemia. Um artigo de opinião<sup>21</sup> sobre a atuação do governo federal evidenciou que em meio ao agravamento da pandemia, o ministro da saúde foi demitido pelo Presidente da República, por acatar as medidas recomendadas pela OMS. Posteriormente foi substituído por um empresário de saúde alinhado ao governo, que renunciou após um mês. A partir de maio de 2020, o MS passou a ser administrado por um general sem experiência ou formação na área da saúde.

*Depois de cem dias de pandemia, 34.021 mortes provocadas pelo novo coronavírus e três nomes diferentes no comando do MS, o presidente Jair Bolsonaro inaugurou o primeiro hospital de campanha do governo federal. (m17- 05 de junho de 2020)*

*O general Eduardo Pazuello já deixou sinais duplos em sua gestão: se por um lado ganhou a simpatia de secretários estaduais para seguir na pasta, por outro contribuiu para uma crise sem precedentes de confiabilidade para o governo brasileiro na gestão da pandemia do novo coronavírus.- Já nas primeiras horas de comando de forma oficial, ele repassou orientações para*

*ampliação da oferta de cloroquina a pacientes com sintomas leves da doença, mesmo sem evidências de eficácia científica. (m34- 21 de junho de 2020)*

O presidente também realizou pronunciamentos solicitando à população que filmasse os hospitais para verificação da veracidade em relação aos leitos para COVID-19, segundo ele havia um ganho político dos governadores nas mortes pela doença, o que causa uma ideia de descredibilidade na atuação governamental desses atores.

*Em vídeos ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro disse que "[se] tem hospital de campanha perto de você, hospital público, arranja uma maneira de entrar e filmar. (m30- 16 de junho de 2020)*

*Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro estimular a população a invadir hospitais para filmar oferta de leitos, cinco deputados estaduais do Espírito Santo entraram no Hospital Estadual Dório Silva, na região metropolitana de Vitória, e lá permaneceram por duas horas fazendo uma vistoria por conta própria na unidade para pacientes do novo coronavírus. (m30- 16 de junho de 2020)*

Conforme Schmidt, Mello et. al.<sup>27</sup> inúmeros trabalhos e pesquisas de outros países acerca de experiências em situações de crise já implementadas, consideram algumas diretrizes como norteadoras dos esforços de coordenação da ação dentro e fora da esfera governamental, sendo elas: a definição de instância de gestão reconhecida como legítima e válida pela totalidade dos atores envolvidos no processo de resolução da crise; definição clara de papéis e competências de cada um dos órgãos e atores envolvidos; definição de fluxos e protocolos de ação que pautem a interação e a participação dos diferentes atores; estabelecimento de instâncias de mediação e resolução de conflitos; criação de mecanismos que permitam o acompanhamento célere das medidas implementadas e seus resultados visando a eventuais correções de curso e ajustes necessários e a utilização de instrumentos de transparência e prestação de contas da ação governamental com o conjunto da sociedade.

A partir do avanço das pesquisas e estudos mundiais sobre as vacinas contra o Coronavírus, emergiram debates e pronunciamentos sobre a possibilidade da compra e início da vacinação no Brasil. A primeira vacina a ser testada e comprovada quanto a sua efetividade foi a CoronaVac aqui no Brasil produzida e distribuída pelo Instituto Butantan em parceria com a biofarmacêutica chinesa Sinovac. O governador de São Paulo foi o responsável pelo acordo que trouxe a vacina para o Brasil, desde então o governo federal posicionou-se contrariamente sobre a aquisição e a descredibilidade da vacina, além de vetar trecho de uma Medida Provisória sobre a aprovação de uso emergencial de qualquer vacina pela Anvisa.

*Da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população pela sua origem. [fala do presidente Jair Bolsonaro] (m42- 11 de março de 2021)*

*Se tomar e virar um jacaré é problema seu. Se virar um super-homem, se nascer barba em mulher ou homem falar fino, ela [Pfizer] não tem nada com isso”- Bolsonaro, no mesmo discurso, ao dizer que a Pfizer, uma das fabricantes mundiais de vacina contra a doença, não se responsabiliza por efeitos colaterais. (m42- 11 de março de 2021)*

*O presidente Jair Bolsonaro vetou trecho de uma Medida Provisória que obrigava a Anvisa a aprovar em cinco dias o uso emergencial de qualquer vacina avalizada por órgãos reguladores estrangeiros. (m39- 01 de março de 2021)*

*O dia foi marcado pela número histórico de 1.840 mortes por Covid registradas em 24 horas pelo país, o maior desde o início da pandemia da Covid-19.- A gestão da crise sanitária é uma das principais críticas feitas ao governo e já motivou pedidos de impeachment. (m40- 03 de março de 2021)*

Enquanto declarações contrárias sobre as vacinas, um medicamento utilizado para o tratamento de malária (cloroquina e hidroxicloroquina) era amplamente divulgado e defendido pelo presidente e pelo ministro da saúde como a possível cura para a pandemia em repetidos pronunciamentos. O governo alocou verbas ao Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército para a produção desse medicamento, mesmo com a suspensão desses medicamentos em testes contra a COVID-19 pela OMS já em maio de 2020. Um período depois, Bolsonaro iniciou falas defendendo a vacinação.

*(...) o presidente incorporou um personagem que tem a vacina como prioridade, deixando para trás a campanha anti-imunização que protagonizava até recentemente. Na tentativa de rebater desgaste causado pela recusa no ano passado de vacinas da Pfizer pela gestão federal, o Palácio do Planalto entrou em contato com a farmacêutica. (m41- 08 de março de 2021)*

*O presidente disse que seu governo é "incansável" no combate ao vírus —que por 12 meses ele minimizou— e se solidarizou com as famílias e amigos das quase 300 mil vítimas, após ter debochado do temor e do luto da população em diferentes ocasiões. (m54- 23 de março de 2021)*

No dia 24 de março de 2021, quase um ano após o início da pandemia e número recorde de óbitos no país, o presidente anunciou um Comitê de combate à crise, que obviamente fez emergir debates sobre o atraso em sua criação.

*O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quarta-feira a criação de um comitê para coordenar as ações de enfrentamento à pandemia. Ele afirmou que o comitê, criado um ano após o início da pandemia e no momento em que o país beira as 300 mil mortes, vai reunir o governo federal, os governadores e o Senado. (m55- 24 de março de 2021)*

### **Articulação do governo federal com outros poderes políticos**

Referente à articulação do governo com outros poderes políticos, destacou-se a distinção do posicionamento político e sanitário entre o governo federal, estadual e municipal no enfrentamento à pandemia, tópico também abordado na categoria anterior.

*Nas últimas semanas, o presidente Jair Bolsonaro fez seguidas ameaças de que editaria uma medida para determinar uma reabertura da atividade comercial no país. (m12- 26 de março de 2020)*

Outro debate importante sobre a articulação com parlamentares se deu pela falta de transparência do governo nos dados sobre infectados e óbitos, a qual fez ressurgir posicionamentos contrários a essa medida.

*Parlamentares veem risco de manipulação dos números por parte do governo (...) “O que Bolsonaro está fazendo é uma clara tentativa de manipulação de dados acerca da covid-19. Como se sua gestão inepta e omissa não fosse o suficiente! Ainda hoje, entraremos com ação no STF, obrigando o Governo a dar transparência aos dados da pandemia”, criticou. (m20- 06 de junho de 2020)*

*O ministro Alexandre de Moraes, do STF mandou nesta segunda-feira o governo Jair Bolsonaro retomar a divulgação na íntegra dos dados acumulados de mortes e casos confirmados de Covid-19 no site do MS. (m26- 08 de junho de 2020)*

Foram observadas diversas reportagens a respeito do pronunciamento de líderes de governo como Presidente da Câmara e Presidente do Senado em relação ao andamento das ações de combate ao vírus.

*(...) com discurso em defesa da união entre os Poderes e sem querer apontar culpados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira que é preciso ampliar a vacinação e aumentar o número de leitos para “evitar essa agonia e esse vexame internacional”, em referência à crise sanitária no país causada pela Covid-19. (m53- 18 de março de 2021)*

*É a primeira vez que Lira faz menção, mesmo que indireta e sem especificar, à ameaça de CPIs e de impeachment contra o presidente da República, em um momento em que Bolsonaro tenta atrair Legislativo e Judiciário para a coordenação da pandemia. (m67- 24 de março de 2021)*

*O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco por sua vez, cobrou ações do Ministério da Saúde e coordenação do presidente Jair Bolsonaro, no enfrentamento à pandemia. (m53- 18 de março de 2021)*

*“Você sabe muito bem que o SUS é um composto por um experimento institucional que permite uma composição da União, dos estados e dos municípios”, disse. “Mas surgiu, infelizmente, essa querela federativa de quem é competente para que, para decretar eventualmente lockdown, para fazer isolamento social, surgiu uma grande confusão. (m53- 18 de março de 2021)*

Segundo o conteúdo produzido pelo jornal, pode-se afirmar que a gestão governamental da crise causada pela COVID-19 não teve uma articulação integrada no âmbito da intersetorialidade dos ministérios nem mesmo no âmbito dos demais poderes políticos. Por fim, no que diz respeito à articulação com outros países, que impactou principalmente na compra de vacinas, o ministro das Relações Exteriores fez declarações polêmicas que viraram notícias em diversos meios de comunicação. Essas declarações do ministro ecoaram diretamente na dificuldade de aquisição de insumos para a produção de vacinas em território nacional.

*(...) ofendeu o governo chinês, deixou o governo Trump interferir no processo de aquisição de vacinas junto à Rússia, visitou Israel com gastos exorbitantes aos cofres públicos para tratar de um medicamento sem nenhuma comprovação científica", afirmou o senador. (m68- 24 de março de 2021)*

*Um grupo de mais de 300 diplomatas publicou neste sábado uma carta acusando a política externa atual de causar "graves prejuízos para as relações internacionais e à imagem do Brasil" e pedindo a saída de Ernesto Araújo da chefia do Ministério das Relações Exteriores. (m72- 27 de março de 2021)*

*O documento ainda chama a política externa do governo de "desastrosa" (...) menciona a importância de aderir às iniciativas para a quebra temporária de patentes da vacina contra o coronavírus, além de reforçar as relações bilaterais com países como China, EUA, Rússia e Índia, para obter vacinas. (m72- 29 de março de 2021)*

As ações e estratégias do governo foram implementadas de forma emergencial e desarticuladas, uma vez que assumiram a utilização do paradoxo economia versus saúde, ao invés de utilizar um planejamento estratégico com articulação dos demais entes federativos e dos demais setores da sociedade no intuito de garantir a contenção do vírus com medidas mais restritas num primeiro momento para possibilitar a abertura gradual e segura dos serviços posteriormente. Essa desarticulação intergovernamental foi uma das principais causas para os péssimos resultados epidemiológicos da pandemia no país. O que pode gerar o aprendizado sobre a importância do federalismo cooperativo no país, não só no funcionamento cotidiano das políticas públicas, mas, sobretudo, nos momentos em que predominam situações de problemas intergovernamentais complexos.<sup>23</sup>

### Considerações finais

A atuação governamental federal é de extrema importância para a contenção de crises nos países, sobretudo nos países em que a desigualdade e a vulnerabilidade se apresentam enquanto fatores de risco e determinantes sociais na saúde. No caso da pandemia no Brasil, a forma mais fidedigna de se obter as informações atualizadas sobre a situação sanitária, foi por meio das mídias jornalísticas, principalmente pela via digital. Diante desse contexto, pode-se dizer que a comunicação de órgãos oficiais do governo federal com a população foi deficitário, justamente em uma conjuntura na qual a desinformação sobre as medidas preventivas da doença trazem consigo um maior risco de contraí-la.

O conteúdo que prevaleceu nas reportagens analisadas, parece apontar que a gestão da pandemia no âmbito federal apresentou uma defasagem no planejamento das estratégias que resultou em desarticulação das ações entre os entes federativos, demora em repasse de verbas, falta de insumos e leitos de UTI em algumas cidades, não reconhecimento da gravidade da doença,

descredibilidade na vacinação e até mesmo um falso dilema entre economia e saúde. Outro aspecto que chama a atenção é sobre a falta de incentivos específicos e ações que reforcem a importância da Atenção Primária à Saúde no combate a COVID-19, haja vista seu papel essencial na vigilância em saúde nos territórios; atenção aos usuários com COVID-19 e suporte social a grupos vulneráveis.

A análise proposta por esse estudo contribui para a obtenção de um panorama das medidas adotadas pelo governo federal brasileiro no enfrentamento da crise contra o Coronavírus, de acordo com o que a mídia jornalística veiculou entre os meses de março, junho de 2020 e março de 2021. Além de possibilitar debates sobre a complexidade das estratégias para o campo da gestão em saúde que trazem a necessidade de serem pensadas de maneira intersetorial e articulada entre os entes federados que compõem o SUS. Como limitação do estudo pode-se apontar a escolha de apenas um veículo de comunicação, com isso, sugerem-se novas pesquisas sobre a temática abordada, porém, em diferentes meios de comunicação e em períodos mais avançados, para além de março de 2021.

## Referências

1. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Folha Informativa COVID-19- [acesso em 2020 set 30]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>
2. Brasil. Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde.
3. Wilder-Smith A, Freedman, DO. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019- nCoV) outbreak. *J Travel Med* 2020; 27:1-4.
4. Fischer, R. M. O Dispositivo Pedagógico da Mídia: Modos de Educar na (e pela) Tv. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 151-162, jan./julho. 2002.
5. Sontag, S. A doença como metáfora. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
6. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)- Entenda A Infodemia e a Desinformação na Luta Contra a Covid-19 Departamento de Evidência e Inteligência para ação em Saúde .Vice- Diretoria. Página Informativa nº 5- 2020.
7. Gregolin, M. R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades- comunicação , mídia e consumo são paulo v o l . 4 n . 1 1 p. 1 1 - 2 5 n o v. 2 0 0 7.
8. Aquino, S. D. de, & Vieira, L. de S. (2020). Bem-estar e consumo de notícias durante a pandemia de Covid-19. *Revista Fontes Documentais*, 3, 165–174.
9. Baptista, G. B. Quando as notícias importam. Fontes, confiança e desinformação em tempos de Covid-19. In F. R. Cádima & I. Ferreira (Coords.), *Perspectivas multidisciplinares da Comunicação em contexto de Pandemia* (Vol I, pp. 30- 49). Coleção ICNOVA.
10. Guareschi, P. A. e BIZ, O. Mídia, Educação e Cidadania. Editora Vozes. Petrópolis, 2005.
11. Ferraz, L. M. R.; Lerner, K. Análise do processo de enquadramento na construção midiática de doença. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, p. 1-11, dez. 2012.
12. Minayo, M. C. S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2014.

13. Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2015.
14. Associação Nacional De Jornais. *Maiores jornais do Brasil*, ano 2020.
15. Henriques, C. M. P., Vasconcelo, W. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 34, n. 99, p. 25-44, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173368>. Acesso em: 12 out. 2021.
16. Cocco, G. Covid-19: a catástrofe latino-americana, entre a caça e a imaginação. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, n. 4, v. 14, 2020. (pt-BR). DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i4.2233>
17. Backes MTS, Higashi GDC, Damiani PR, et al. Condições de trabalho dos profissionais de enfermagem no enfrentamento da pandemia da covid-19. *Rev Gaúcha Enferm*. 2021;42(esp):e20200339. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200339>
18. Costa, A. G., Rosa, A. Terceiro mês mais letal da pandemia no Brasil, maio tem 59.010 mortes por Covid no Brasil, maio tem 59.010 por Covid. *CNN Brasil*. 2021 Mai. [acesso em 2021 out. 1]. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/terceiro-mes-mais-letal-da-pandemia-no-brasil-maio-tem-59010-mortes-por-covid/>
19. Karla, S. S. Economia, saúde e políticas do verdadeiro nas declarações de Bolsonaro durante a pandemia de COVID-19 no Brasil.
20. Fundação Oswaldo Cruz. Covid-19 não é pandemia, mas sindemia': o que essa perspectiva científica muda no tratamento. *Centro de Estudos Estratégicos*. [acesso em 2021 out 27]. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>
21. Giovanella L, Medina MG, Aquino R, Bousquat A. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. *Saúde debate* [Internet]. 2020 Set [acesso em 2021 ago 20]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042020000300895&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042020000300895&lng=pt). Epub 16-Nov-2020. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202012623>.
22. Spence, P. R.; Lachlan, K. A.; Griffin, D. R. Crisis communication, race, and natural disasters. *Journal of Black Studies*, 37, p. 539-562, 2007
23. Abrucio, F. L.; Grin, E. J.; Franzese, C. et al. Combate à COVID-19 sob o federalismo bolsonarista: um caso de descoordenação intergovernamental. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, RJ, v. 54, n. 4, p. 663-677, 2020. [acesso em 2021 set 2]. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81879>.
24. Campos, G. W. de S. O pesadelo macabro da COVID-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, v.18, n.3, Maio-2020. [acesso em 2021 set 2]. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462020000300302](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300302).
25. Miranda. A. Gabinetes em rede para a condução de crise: o caso da pandemia Covid-19.
26. Caleman, G., Silva, W. M., Gomes, A. F., et al. O Planejamento Estratégico Situacional em Tempos de Crise. In: Santos, A. O., Lopes, L. T. Organizadores. *Planejamento e Gestão*. Coleção COVID-19. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2021. P.-41-51.
27. Schimidt F, Mello J, Cavalcante P. Estratégias de coordenação governamental na crise da covid-19. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica Diest n. 32). [citado 2021 jun 10]. Disponível em: < <https://bit.ly/3e2K1fe> >

**Como citar:** Carneiro IO, Melo RC. Gestão Federal e o enfrentamento à pandemia do novo Coronavírus no Brasil: o que a mídia jornalística tem a dizer? **Saúde em Redes**. 2023;9(1). DOI: 10.18310/2446-4813.2023v9n1.3779

**Submissão:** 26/04/2022

**Aceite:** 28/03/2023